

13 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mudanças nos salários do TJ e TC geram despesa de R\$ 6 mi

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Os deputados estaduais começaram a votar, ontem, mudanças na forma como são pagos os salários do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná e a criação de funções gratificadas no Tribunal de Contas (TC) do Estado. No caso do TJ, a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) foi incorporada ao salário dos servidores, passando a ser contabilizada para fins de aposentadoria. No salário dos analistas, a GAJ somava 50% do salário base ao contracheque. No caso dos técnicos, chegava a 80%. No nível básico de progressão salarial do TJ, analistas recebem cerca de R\$ 4,9 mil por mês e técnicos R\$ 3,8 mil.

O mesmo projeto determina que chefes de secretaria do TJ passam a receber gratificação de R\$ 1,5 mil pelo exercício dessa função. Outros R\$ 500 serão pagos aos supervisores. Essa mudança anula o sistema anterior, que era pago em percentuais variados. "Assim essas funções

comissionadas serão devidas em valor idêntico aos servidores, independentemente de circunstâncias pessoais", justifica o então presidente do TJ, Miguel Kfoury Neto, no texto da norma. O impacto financeiro do conjunto dessas mudanças chegará a R\$ 4 milhões em 2014.

Já no TC foram criadas mais 22 funções gratificadas, cujo impacto é de R\$ 2 milhões por ano. A presidência do Tribunal de Contas ganha mais cinco oficiais de gabinete, cinco assessores jurídicos e cinco assistentes técnicos. Cada um dos sete conselheiros terá mais um assessor administrativo.

13 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

TRF Paraná na pauta

Está na pauta de hoje da Câmara Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/2002, que cria quatro novos Tribunais Regionais Federais (Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Bahia). A decisão foi tomada ontem à tarde pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN). O senador paranaense Sérgio Souza (PMDB) comemorou o anúncio, pois ele coordena no Senado a Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs. O pedido é uma velha demanda da Região Sul, cujos processos estão todos concentrados em Porto Alegre.

CLÁUDIO HUMBERTO

Faca na bota

Pegam fogo no Rio Grande do Sul os ataques dos deputados petistas Raul Pont e Edegar Pretto contra juízes do Tribunal Regional Eleitoral, chamados de "corruptos e sem-vergonha". O TRE engoliu calado.

13 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Entidade vai ao STF por patrocínio de eventos com juízes

Brasília - A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) entrou com uma ação pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida se é constitucional a norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proíbe a participação de juízes em eventos das associações de classe patrocinados ou custeados por empresas. A medida foi aprovada no conselho no mês passado. A restrição foi anunciada como uma saída para coibir eventos que chegaram a ser classificados por conselheiros como "colônias de férias", contando com distribuição de brindes como carros e cruzeiros marítimos.

A proposta inicial era proibir qualquer patrocínio privado para eventos de magistrados. A resolução aprovada, porém, permitiu que eventos e congressos promovidos por tribunais, conselhos de Justiça e escolas de magistraturas recebam patrocínio de empresas de até 30% dos custos totais.

Na ação, a entidade argumenta que a votação da resolução pelo conselho foi irregular porque não foi realizada uma audiência pública para ouvir as partes envolvidas. "A consulta pública não

foi realizada, nenhuma intimação ou publicação foi realizada pela Corregedoria, a quem caberia decidir como a consulta seria feita. Mais grave ainda é se admitir que num órgão como o CNJ as propostas de resoluções sejam apresentadas de véspera, sem participação ativa do conselho e dos reais interessados", afirma o texto.

A Anamages argumenta ainda que o CNJ errou e agiu "exclusivamente pelo clamor público" e induzidos "pela imprensa nacional que repetidamente vinham denegrindo a imagem das associações de magistrados e dos eventos produzidos". "Não é porque a imprensa pressiona que o CNJ tem que editar norma para regular a matéria, ainda sem considerar todas as questões envolvidas e sem ouvir os interessados, como de fato ocorreu."

A ação é relatada pelo ministro Celso de Mello e não há previsão de quando será analisada.

13 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Ministro defende que plenário decida sobre royalties

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello defendeu ontem que as ações que tratam da distribuição dos royalties de petróleo na corte sejam definidas diretamente pelo plenário do tribunal e não individualmente pelo relator, ministro Luiz Fux. O Supremo recebeu até agora três ações que pedem a anulação da sessão do Congresso, realizada na semana passada, na qual os parlamentares derrubaram o veto da presidente Dilma Rousseff à lei dos royalties.

Patrocinados por senadores e deputados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, as ações sustentam que a votação foi irregular, pois teve vícios formais, não respeitando questões regimentais. Até o fim da semana, após a promulgação do novo sistema de divisão das receitas de petróleo, os dois Estados, maiores produtores, devem questionar a constitucionalidade da lei no STF.

Os royalties são um percentual do lucro obtido pelas empresas que exploram petróleo e pagos ao Estado como forma de compensação pelo uso de recurso natural. A nova divisão transfere recursos de Estados e municípios produtores para os que não produzem petróleo, distribuindo a receita de forma mais igualmente.

Na avaliação de Marco Aurélio, como o tema tem impacto nos cofres de Estados e municípios, é melhor que seja definido pelo plenário, para evitar

insegurança jurídica. "Eu acho que é um caso de repercussão maior e aí tem que ir para o plenário para definir", afirmou.

Vice-presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski disse que cabe uma decisão individual se entender que há risco para as finanças dos Estados. "O relator, se entender que a medida é urgente, pode eventualmente decidir a questão em liminar e cautelar. Se não der tempo de o plenário se pronunciar, se um bem jurídico estiver ameaçado antes da apreciação pelo plenário, o relator pode tomar as providências necessárias para evitar esse prejuízo, esse dano", disse.

Relator do caso, Fux evitou polemizar com Marco Aurélio e disse que ainda aguarda a resposta do Congresso ao pedido de informação para decidir sobre o caso. Ele estabeleceu um prazo de dez dias para a manifestação do Legislativo, que termina na próxima semana. Ele ainda vai solicitar que o Ministério Público também avalie os pedidos para invalidar a sessão.

Fux sinalizou que se as ações tratarem apenas de questões internas do Congresso pode não acolher os processos. O ministro lembrou que o tribunal decidiu recentemente, ao analisar se havia obrigação de os vetos serem analisados em ordem cronológica, que o Congresso tem autonomia para deliberar sobre sua pauta e sistema de votação. "O plenário mais ou menos decidiu que regimento interno tem certa autonomia pa-

ra elaborar como quiser a votação. Em princípio, pedi informações para que não se repita de discutir questões internas. Vou esperar chegar às informações", afirmou.

Fux afirmou ainda que não decidiu se o caso terá celeridade na pauta. "Se houver problema sério para federação, vou dar urgência necessária", afirmou.

Contratos

Os ministros não quiseram comentar a decisão do governo do Rio de suspender pagamentos até que o Supremo decida a situação dos royalties. Ontem, o governo anunciou que decidiu "liberar os pagamentos das áreas da educação e da saúde no próximo dia 18 de março".

"Um Poder não dá palpite nas decisões de outro Poder", disse Lewandowski.

Marco Aurélio reforçou o discurso. "Eu não conheço em si o que ele fez e porque fez. Agora o que ele revela é que haveria essa diferença entre receita e despesas", afirmou.

13 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PODER JUDICIÁRIO

Criação do Tribunal Regional Federal no PR deve ser votada hoje

Anúncio foi feito ontem, durante Ato Público no plenário da CCJ

O senador Sérgio Souza (PMDB/PR), coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs, comemorou o anúncio e atribuiu a inclusão na pauta ao esforço dos juizes, advogados e da sociedade organizada dos estados envolvidos. Ontem pela manhã, Souza participou de Ato Público em Defesa da Criação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, com o outro coordenador da Frente, o deputado Amauri Teixeira (PT/BA). Eles haviam se reunido antes do início do evento, com o presidente Henrique Eduardo Alves, que prometeu sugerir a inclusão da PEC.

"Não temos mais resistência nem na presidência da Câmara dos Deputados e nem do Judiciário para a criação desses tribunais. A nossa luta em defesa da aprovação dessa PEC tem surtido efeito e vamos até o fim para vê-la aprovada o mais rápido possível no plenário", afirmou Sérgio Souza.

Sérgio Souza disse que a pressão para que a proposta fosse incluída no plenário da Câmara começou no final de 2011, quando a Frente foi criada. Durante o ato, o senador distribuiu a Nota Técnica sobre a PEC nº 544/2002, de sua autoria, e que contou com a colaboração do juiz federal Anderson Furlan, do analista judiciário Mário Procopiuk e do advogado José Lúcio Glomb, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A publicação apresenta números e argumentos

que mostram a viabilidade da criação dos novos TRFs.

Para o juiz federal Anderson Furlan, que presidiu por dois anos a Associação Paranaense dos Juizes Federais (Ajufe), o principal mérito do trabalho é desmentir os argumentos apresentados há mais de 10 anos, quando a PEC foi apresentada. "O meu anseio é que a Nota sirva para reforçar argumentos republicanos que vão levar à aprovação da proposta para que o povo seja beneficiado. Causa tão importante para o nosso Brasil", destacou o juiz federal.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, Juliano Breda, a causa é suprapartidária e virou uma luta não só dos profissionais que trabalham na Justiça, mas de toda a população.

Além de deputados federais dos estados envolvidos, também participaram o presidente do Movimento Pró-Paraná, Jonel Chede, o vice-presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Odone Fortes Martins, o procurador jurídico do Sistema Fiep, Marco Antônio Guimarães, a vice presidente da Caixa de Assistência dos advogados da Bahia, Ana Carla Fracalossi, o conselheiro do Conselho Federal da OAB Nacional, João Henrique Café Novais, o representante da Fecomércio, Roberto Velloso, o diretor-financeiro da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), João Luiz Rodrigues

Biscaia, a gerente de Comunicação Institucional do Grupo Paranaense de Comunicação, Carmem Regina Murara, e o representante da Federação das Associações Comerciais do Paraná (Faciap) César Viana Lucena, entre outros representantes de seguimentos da sociedade.

13 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

1ª decisão judicial favorece atropelador

Juiz diz que motorista que atingiu ciclista na Paulista não pode ser acusado de cometer crime contra a vida, o que elevaria a pena

A primeira decisão judicial envolvendo o caso do atropelador da Paulista favorece o jovem que decepcionou o braço de um rapaz na ciclofaixa de lazer e depois jogou o membro em um córrego na zona sul da capital. Para a Justiça, não cabe análise por crime intencional (doloso), como pretendia a polícia e o Ministério Público, mas por ação culposa. Na prática, se mantida a decisão, isso significa que o réu deve responder ao crime em liberdade e, mesmo se for condenado, pegará uma pena menor.

O juiz responsável, Alberto Anderson Filho, interpretou que não se trata de crime contra a vida, mas de homicídio culposo ou lesão corporal. Dessa forma, a análise saíria da alçada do Tribunal do Júri e iria para uma Vara Regional ou Central. O homicídio doloso pode render até 30 anos de prisão. Já o culposo resulta em punição de até 3 anos.

Segundo Anderson Filho, a classificação do crime como homicídio tentado com dolo eventual, ou seja, em que o acusado assume um comportamento que coloca a vida de outros em perigo – no caso Alex Siwek, de 21 anos, dirigiria embriagado –, só seria aceita se a vítima (David Santos de Souza, de 21) tivesse de fato morrido.

“Raciocinar de forma diversa levaria ao banco dos réus em Plenário de Júri todos que estivessem dirigindo sob efeito de álcool pois, em tese, estariam assumindo o risco de matar alguém”, argumentou Anderson Filho. Segundo ele o que houve efetivamente foi lesão corporal e cabe

agora ao Ministério Público definir se reapresenta a denúncia ou recorre ao Tribunal de Justiça.

Embriguez. O laudo do Instituto Médico Legal (IML), com base no exame clínico feito em Siwek no domingo, foi entregue ontem à polícia. O documento indica que “há sinais indicativos de que o examinado está sob efeito de álcool etílico ou substâncias psicoativas”. Contudo, o mesmo teste informa que Siwek não estava embriagado. Com essa aparente falta de conclusão, a Polícia Civil vai pedir novos esclarecimentos à médica que fez o laudo do IML.

Uma das hipóteses para o resultado indefinido é o tempo passado entre o momento do acidente – por volta das 6h – e o horário da realização do exame, às 11h21. É o que diz o delegado Carlos Eduardo Silveira Martins, do 5.º DP (Aclimação). “O importante é que ele (Siwek) fez o uso de substância, uma vez que foi constatado álcool, hálito etílico. Algumas atitudes dele provaram isso e o depoimento dos policiais.”

A Polícia Civil ainda investiga se o universitário foi a outra boate – e bebeu – antes do acidente na Avenida Paulista, na manhã de domingo. A Polícia Civil já havia recebido uma comanda da casa noturna Josephine, na zona sul, paga pelo estudante. Nela, existe a indicação do consumo de três doses de vodca.

Como o Estado mostrou ontem, o homem que estava junto

com Siwek no carro, Diego de Luna Gaio, disse que tanto ele quanto o motorista consumiram “três ou quatro cervejas” cada um, enquanto estavam em uma balada. Isso reforçaria a hipótese de que poderiam ter visitado outro estabelecimento, além do Josephine.

Ciclista estava na contramão da faixa

● O operador de rapel David Santos de Sousa, de 21 anos, estava dentro da área delimitada pela ciclofaixa, mas na contramão do fluxo de carros da Avenida Paulista quando foi atropelado, segundo a polícia. Sousa estava no sentido Consolação, mas atravessou o canteiro central para ir para um lugar mais seguro, já que os cones da ciclofaixa só estavam instalados do outro lado, segundo a delegada Priscila de Oliveira Rodrigues.

13 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Gurgel reforça críticas de Barbosa a bancos

Assim como o presidente do STF, procurador-geral da República acusa instituições de 'leniência' no combate à lavagem

No mesmo tom empregado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse ontem que os bancos são lenientes no fornecimento de informações para investigações criminais. "Sempre que precisamos das informações bancárias (para subsidiar uma investigação criminal) existe sim uma certa leniência das instituições financeiras no sentido de fornecer esses dados", acusou.

"Normalmente, o atendimento é lento, precário", disse Gurgel. "Muitas vezes são necessárias três, quatro diligências complementares até que as informações cheguem como deveriam ter sido fornecidas deste o primeiro momento. Os bancos precisam sim aprimorar esse entendimento para que não sejam vistos eventualmente como coniventes com esse tipo crime."

Ele citou o processo do mensalão. "Tivemos diversos fatos envolvendo bancos, em que a conduta daqueles bancos era algo absolutamente inaceitável e os transformava em parceiros do crime", afirmou.

No julgamento do mensalão foram condenados ex-dirigentes do Banco Rural acusados de participação no esquema.

Para Gurgel, todo o sistema bancário precisa de ajustes. Segundo ele, ao fornecer informações para uma investigação criminal, a instituição está simplesmente cumprindo a lei e não fazendo um favor.

● 'Parceiros do crime'

ROBERTO GURGEL
PROCURADOR-GERAL
DA REPÚBLICA

"Tivemos diversos fatos envolvendo bancos em que a conduta daqueles bancos era algo absolutamente inaceitável e os transformava em parceiros do crime"

Gurgel afirmou que para melhorar a situação é necessário que o Banco Central cobre das instituições para que atendam aos pedidos de informação.

Na segunda-feira, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, fez duras críticas ao sistema. "Enquanto instituições financeiras não visualizarem a possibilidade de serem drasticamente punidas por servirem de meio para a ocultação da origem ilícita de valores que se encontram sob a sua responsabilidade, persistirá o estímulo à busca do lucro, visto como combustível ao controle leniente que os bancos fazem sobre a abertura de contas e sobre a transferência de valores", afirmou.

Disciplina. O promotor de Justiça Arthur Lemos Junior, especialista no combate a carteis e a delitos econômicos, manda um recado para o sistema financeiro. Ele alerta para as sanções a quem não adota medidas de identificação de operações atípicas ou que resistem em abrir dados bancários. "As penas também para o descumprimento são rigorosas. Caso preciso, vamos acompanhar sua aplicação para que haja maior disciplina por parte da rede bancária."

Lemos Junior admite que "nem sempre é tarefa fácil detectar uma operação de lavagem de capitais por parte da instituição". Ele sustenta que o sistema financeiro "evoluiu muito" em termos de cooperação e prevenção na lavagem, mas ressalta. "A resistência (dos bancos) tem ocorrido no cumprimento do artigo 17-B da Lei de Lavagem em sua nova redação, na medida em que as instituições financeiras relutam em fornecer os dados cadastrais dos correntistas, sem previa autorização judicial."

13 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Câmara vota hoje a PEC que cria TRF no Paraná

Novo tribunal, que terá sede em Curitiba, é considerado essencial para desafogar a Justiça Federal de segunda instância

■ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544, que cria o Tribunal Regional Federal do Paraná (TRF-PR) com sede em Curitiba, foi colocada na pauta de votação de hoje do plenário da Câmara dos Deputados. A confirmação ocorreu ontem, durante reunião dos líderes partidários da Casa. Além do TRF do Paraná (que receberia processos paranaenses, catarinenses e sul-matogrossenses), a PEC também cria tribunais federais em Minas Gerais, Bahia e Amazonas.

A decisão de incluir a PEC 544 na pauta de votações foi anunciada no início da tarde de ontem, em tom de comemoração, durante o Ato Público em Defesa da Criação dos TRFs, que aconteceu em Brasília.

O coordenador da Frente Parlamentar pela Aprovação da PEC 544, o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), lembrou que pelo menos três quintos dos deputados precisam votar

“Se não tivermos novos tribunais federais de segunda instância, nunca vamos acabar com o passivo de ações que tramitam atualmente.”

Anderson Furlan, juiz federal e diretor da Escola da Magistratura do Paraná.

a favor da proposta para garantir a sua aprovação. Caso o quórum não seja suficiente para a votação de hoje, o projeto deverá ser votado na semana que vem.

“O momento é propício para a votação e o Superior Tribunal de Justiça sinaliza com a concordância de que são necessários mais tribunais federais no país”, afirmou Souza. “Com um TRF no Paraná, nós trazemos a justiça para mais perto da população.”

O líder do PSD na Câmara, o paranaense Eduardo Sciarra, declarou, por meio de nota encaminhada por sua assessoria de imprensa, que a criação dos novos tribunais não pode ser confundida com o aumento da máquina pública. “[Trata-se de] uma medida urgente para desafogar os tribunais, dar agilidade aos recursos em segunda instância e, principalmente, assegurar o direito constitucional de todo cidadão de acesso à Justiça”,

disse Sciarra, que atuou como relator da PEC na Comissão Especial que discutiu o assunto na Câmara em 2003.

No Ato Público, entidades representativas do Paraná também se manifestaram favoravelmente à criação do TRF-PR. O juiz federal e diretor da Escola da Magistratura do Paraná, Anderson Furlan — juntamente com o senador Sérgio Souza, o analista judiciário Mario Procopiuck e o ex-presidente da OAB-PR José Lúcio Glomb — assinaram um estudo que justifica a necessidade de criação dos TRFs. “Se não tivermos novos tribunais federais de segunda instância, nunca vamos acabar com o passivo de ações que tramitam atualmente”, disse Furlan.

Entre as entidades e empresas paranaenses que participaram do Ato Público estiveram a Associação Comercial do Paraná, o Movimento Pró-Paraná, a Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), a OAB e o GRPCOM, que tem apoiado a proposta desde a sua concepção, em 2002.

13 MAR 2013

GAZETA DO POVO

LIMINAR

Justiça proíbe empresa de Curitiba de alugar cães de guarda

A 2ª Vara Cível de Curitiba determinou ontem a apreensão de todos os cães sob responsabilidade da empresa Protecões Locação de Cães e Alarmes Ltda. A Justiça também proibiu a empresa de alugar cachorros para guarda de residências e empresas privadas. O Ministério Público (MP) havia constatado que, apesar de uma lei estadual impedir a locação de cães de guarda, o serviço vinha sendo realizado pela empresa denunciada. A ação civil pública que motivou a decisão foi ajuizada em dezembro do ano passado pelo MP. A decisão é assinada pelo juiz Luciano Campos de Albuquerque, que determinou ainda que a Protecões forneça um relatório de todos os cães, com atestado de saúde de cada um deles, assinado por um médico veterinário. Em caso de descumprimento, a empresa terá de pagar R\$ 50 mil por dia, como multa.

COLUNA DO LEITOR

Cães de aluguel

Fico muito feliz em saber que a Justiça está fazendo a sua parte, proibindo o aluguel de cães de guarda (**Gazeta**, 12/3). É pena que ainda exista m empresas alugando cães clandestinamente. Esses animais são maltratados diariamente, ficam sem comer e beber água por dias, e acabam até morrendo de desidratação ou abandono!

Denise Cristina Valenhes

13 MAR 2013

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Defensoria pública

Hoje à tarde, em Brasília, será lançado o Mapa da Defensoria Pública do Brasil. Trata-se de um estudo feito em parceria pelo Ipea e Anadep, que visa levantar e territorializar informações sobre os defensores públicos no Brasil, incluindo a comarca e a área na qual atuam, além de promover cruzamentos com dados sociodemográficos da população abrangida e estimar déficits de defensores nessas comarcas.



O mapa deve mostrar que no Paraná a estrutura é precária e a expectativa de melhoria está ameaçada – por ter extrapolado o limite prudencial de gastos com pessoal, o governo do estado pode ter de adiar a contratação de defensores, condição essencial para a expansão da defensoria no interior.

CURSO Redação jurídica

- **DATA:** de 18 a 22 de março (das 8h30 às 11h30) e de 1.º a 5 de abril (das 19h30 às 22h30).
- **MINISTRANTE:** Carlos Alberto Cavalheiro.
- **LOCAL:** Escola da Magistratura do Paraná.
- **INFORMAÇÕES:** (41) 3254-6500 ou www.emap.com.br

COLUNA DO LEITOR

Férias de juízes

Sobre o artigo a respeito das férias de juízes (**Gazeta**, 11/3), pelo princípio de isonomia todos os trabalhadores deveriam gozar de férias de 60 dias, porque todas as profissões contam com riscos e sacrifícios, à exceção dos privilegiados. Sou advogado há uns 30 anos e conheço pouquíssimos juízes que trabalham em horas extras.

Carlos Celso Rossi

13 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Beira-Mar é julgado por dois homicídios

O traficante Luiz Fernando da Costa, 46 anos, o Fernandinho Beira-Mar, que cumpre pena na penitenciária federal de Catanduvas (Oeste do Paraná), foi levado ontem para o Fórum do Rio de Janeiro para ser julgado por dois homicídios e uma tentativa, ocorridos em julho de 2002 numa favela de Duque de Caxias. Nessa época, o traficante estava preso em Bangu 1, na zona oeste do Rio, e teria ordenado as mortes por meio de um celular.

Segundo a polícia, as vítimas eram integrantes do Comando Vermelho, chefiado por Beira-Mar mesmo de dentro do presídio. A audiência no 4.º Tribunal do Júri, no Fórum do Rio, começou às 15 horas, sob forte esquema de segurança.

Beira-Mar negou ter ordenado as mortes dos três comparsas e contou que usou um celular clandestino para determinar a realização de uma reunião entre traficantes. A sentença deveria sair na madrugada de hoje.

JULGAMENTO

Delegado diz ter certeza da culpa de Mizael na morte de Mércia

O delegado Antônio Assunção de Olim, responsável pela investigação da morte da advogada Mércia Nakashima, disse ontem que o ex-namorado dela, Mizael Bispo de Souza, tem culpa no crime. A afirmação ocorreu durante depoimento que durou mais de cinco horas. Ontem foi o segundo dia de julgamento. Segundo o delegado, os principais indícios para crer que os dois são culpados são o percurso do carro de Mizael e as diversas ligações telefônicas dele a Evandro.

Corpo de Marcos Matsunaga é exumado para nova perícia

O corpo do empresário Marcos Matsunaga, 42 anos, foi exumado na manhã de ontem para passar por nova perícia. O procedimento foi autorizado pela Justiça de São Paulo, após solicitação da defesa de Elize Matsunaga, 30, mulher do empresário e ré confessa do crime. A nova perícia deve determinar o exato momento da morte do executivo, pois há dúvidas se ele morreu pelo tiro que atingiu sua cabeça ou se ainda estava vivo quando foi esquartejado. Apenas após os laudos da exumação, a Justiça decidirá se Elize irá a júri. No dia 30 de janeiro, foi concluída a audiência de instrução do caso, com o depoimento de Elize e da amante de Marcos, Nathália Vila Real Lima, 24, que afirmou que o casal sempre brigava e que o empresário sempre tinha arranhões quando ia visitá-la.

GAZETA DO POVO

➤ TEIXEIRA SOARES

Engano leva idoso para a cadeia

13 MAR 2013

Um engano levou Antônio Nunes de Almeida, 79 anos, para a cadeia na cidade de Teixeira Soares, nos Campos Gerais. O idoso foi detido no dia 25 de janeiro, quando a Polícia Militar cumpria um mandado de prisão expedido pela 1.ª Vara Criminal da Comarca de Vitória, no Espírito Santo. Ele só foi solto sete dias depois.

Almeida ficou dois dias na cadeia da cidade e, devido à idade avançada e outras complicações, precisou ser transferido para um hospital, onde permaneceu até a soltura.

De acordo com um comunicado oficial emitido pela 8.ª Companhia Independente da PM, o erro foi da Comarca que expediu o mandado e não dos oficiais que cumpriram a ordem de prisão. O documento enviado à polícia de Teixeira Soares trazia nome, RG e CPF, data de nascimento e endereço do idoso. Somente dias depois, a polícia constatou que se tratava de um homônimo e buscou mais informações.

O advogado da vítima, Levi Varela da Silva, afirma que apenas o nome do idoso e da mãe eram homônimos e as outras informações, como números de documentos, local e data de nascimento, não constavam no mandado. Levi diz ainda que não foi a polícia que verificou o erro, e sim ele. "Fui até Vitória para pedir o relaxamento da prisão sem saber ao certo se meu cliente era ou não culpado."

De acordo com a nota, a Justiça do Espírito Santo buscava por um homem acusado de um homicídio em 1995, que tinha 26 anos na época do crime. A diferença que possibilitou a polícia descobrir o engano foi a data de nascimento: o homem procurado pela polícia de Vitória, hoje, estaria com 43 anos, e não com 79.

13 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» LAVAGEM DE DINHEIRO

Bancos dificultam investigações do MP, diz Roberto Gurgel

Procurador-geral acusa instituições financeiras de fazer corpo mole na hora de repassar dados

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, reforçou ontem as críticas aos bancos e acusou as instituições financeiras de atrasarem investigações do Ministério Público dificultando acesso a dados que deveriam ser disponibilizados imediatamente. "Acho que todo sistema bancário precisa de ajuste", disse Gurgel na saída de um seminário promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre lavagem de dinheiro.

Na segunda-feira, na abertura do evento, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, afirmou que, diante da sensação de impunidade, os bancos fazem um "controle leniente" de operações suspeitas, dificultado o combate ao crime de lavagem de dinheiro.

Gurgel afirmou que esse comportamento é visível não só em investigações que envolvem o crime de lavagem,

mas em todos os casos penais. "Sempre que precisamos das informações bancárias existe sim leniência das instituições financeiras no sentido de fornecer os dados. Normalmente, o atendimento é lento, precário. São necessárias três, quatro diligências complementares até que as informações cheguem como deveriam ter sido fornecidas no primeiro momento", disse.

Segundo ele, essa deficiência deve ser provocada pelo próprio sistema, mas é preciso trabalhar o aperfeiçoamento. Gurgel também cobrou uma atuação mais forte do Banco Central, que é responsável por encaminhar aos bancos os pedidos de informações do Ministério Público Federal.

Para ele, a legislação que trata de lavagem é "boa" e não precisa de aperfeiçoamento. A legislação desse crime foi alterada em 2012 na tentativa de tornar mais eficiente o combate ao crime.

Segundo ele, no entanto, "não basta que o Ministério Público tenha competência devida para formular as acusações, se o Judiciário não estiver preparado" para aplicar a legislação de forma "rigorosa e frequente".

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Basta de violência contra a mulher

ELEONORA MENICUCCI

O governo lança hoje uma rede de serviços para vítimas de violência que inclui orientação profissional, para garantir a independência da mulher

As brasileiras já contam com um marco legal de enfrentamento à violência saudado pela Organização das Nações Unidas como uma das legislações mais avançadas do mundo, a Lei Maria da Penha.

Temos ainda a Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, o Pacto de Enfrentamento à Violência com Estados e Municípios, a indenização regressiva (por meio da qual os agressores são obrigados a ressarcir ao INSS as indenizações pagas pelo Estado às vítimas ou a seus dependentes), o 2º Plano de Combate ao Tráfico de Pessoas e os centros especializados de fronteira.

Faltava consolidar a rede protetiva que integrasse os serviços e qualificasse o acesso. Não falta mais.

A presidenta Dilma, que falou firme com os agressores ao deixar claro no seu pronunciamento no Dia Internacional da Mulher que a maior autoridade neste país é uma mulher, lança hoje, no Palácio do Planalto, a Rede Integrada de Atendimento às mulheres vítimas de violência de gênero.

Fecha-se, assim, o círculo virtuoso de atendimento que aponta para a redução dessa pandemia social.

Essa rede oferecerá todos os serviços já disponíveis, atualmente dispersos, e outros tantos novos, a partir de agora de forma integrada. Estarão reunidos num mesmo prédio, especialmente desenhado para um acolhimento respeitoso e que será implantado inicialmente nas 27 capitais, desde que os governos estaduais adiram ao plano.

Nesse prédio, do Centro Especializado Integrado de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência,

funcionarão as delegacias da mulher, as defensorias, os juizados ou varas, as promotorias, defensorias e os serviços de assistência psicossocial.

Os serviços de saúde e de assistência social (centros de assistência social, de acolhimento e abrigamento) e o Instituto Médico Legal serão integrados aos centros por um fluxo de transporte que os ligará na medida da necessidade das vítimas.

A novidade é que a esses se somam a orientação para o trabalho, emprego e renda e o espaço de recreação para as crianças que acompanham as mulheres.

Ou seja, as atendidas nessa rede disporão não mais apenas de uma porta de entrada, mas também, a partir de agora, de um acompanhamento integral e de uma porta de saída.

A porta de entrada poderá ser pelo Ligue 180, pelos serviços de saúde ou pelas delegacias da mulher. Com a rede integrada, a vítima passa a encontrar em um mesmo espaço todos os serviços de uma só vez, em vez de peregrinar em busca de cada um deles.

Outra vantagem da rede é o acompanhamento integral. Muitas vezes, a mulher sente medo e vergonha e demora até tomar a decisão de procurar um desses serviços. E, por dificuldades de acesso aos demais, atualmente dispersos em diferentes pontos das cidades onde vive, ela nem sempre retorna. Então, o serviço a perde. Uma das consequências tem sido, algumas vezes, a notícia de mais uma mulher assassinada. Assim, um serviço muito importante no centro é a recuperação da dignidade cidadã.

Garantir-se a defesa e a segurança e cuidar dos ferimentos causados na dignidade das vítimas é fundamental, mas não basta. É necessário um passo adiante. Isso porque essa mulher precisa tomar ou retomar em suas mãos a condução de sua vida e sua condição de sujeito de direitos.

É por isso que, no espaço da rede integrada dos serviços públicos, haverá a orientação e qualificação profissionais. Essa será a porta de saída.

Com mais esse investimento nas cidadãs, o governo federal comprova sua obsessão em eliminar a desigualdade de gênero na sua faceta mais cruel.

ELEONORA MENICUCCI, 68, é ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO
MINHA HISTÓRIA SOUHAIL EL KHOURI, 65

ISSO É justiça?

*Ele confessou o assassinato
da minha filha, mas continua
solto, com salário e pensão*

RESUMO O professor Claudemir Nogueira, 48, confessou à polícia e à Justiça ter enforcado e matado a mulher, Mônica El Khouri, fisioterapeuta do Sesi, em 2009, na casa onde viviam. Apesar da confissão, Nogueira ganha pensão do INSS pela morte e segue como funcionário do governo estadual. O aposentado El Khouri, pai da vítima, tenta tirar a pensão dele e reclama da morosidade do Estado.

Percebi que algo estava errado no dia do velório da minha filha. Perguntei a ele: 'Você já ligou no Sesi?' Eu me referia a algum tipo de apoio psicológico que as empresas dão. Ele disse: 'Sim, já estou vendo o negócio da pensão'."

Começamos a recordar e lembramos que ele queria que o enterro fosse feito no dia que o corpo havia sido achado. Ele não deixava as luzes serem acesas enquanto o corpo ainda estava em casa. Disse para não falarmos com a imprensa, se fôssemos procurados. Parecia que queria esconder algo.

Ele é muito ardiloso. Esperou ela dormir. Depois, tirou o corpo do quarto, levou para a sala. Foi trabalhar, aplicou provas, mandou mensagens para o celular da Mônica. Queria confundir a investigação policial.

Os bombeiros, que chegaram primeiro à casa deles, disseram que a morte havia sido por causas naturais.

Achamos estranho, não sabíamos de nenhum problema de saúde dela. Pedimos outra avaliação. No Serviço de Verificação de Óbito, perceberam a marca no pescoço.

Passei a ir todos os dias ao DHPP [departamento da polícia que investiga homicídios], por quase um ano, para saber das novidades.

O delegado Cesar Camargo, que participou da apuração, já tinha certeza que era ele. Mas não queria se precipitar e perder a chance de levantar mais provas.

Então ele confessou [presionado por elementos levantados pela investigação].

Tenho certeza que a motivação foi financeira. Três meses antes do crime, ele sacou todo o dinheiro da conta dela. No processo, descobrimos que ele abriu uma previdência privada. Eu não sou rico nem pobre, mas não me sobram R\$ 700 por mês para fazer uma poupança dessa. Ele está melhor do que eu.

Dias depois da confissão, em dezembro de 2010, começou outra luta. Fui a vários postos do INSS, na Vila Mariana, na Vila Leopoldina, para contar o caso da pensão.

As pessoas ficavam sensibilizadas, mas, na hora de fazer algo, diziam que não podiam ajudar. A maioria nem quis dar um protocolo.

CONTINUA

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na Vila Mariana, o gerente ficou muito bravo quando soube que um funcionário dele aceitou a analisar o caso. O pedido foi encaminhado para o Rio. E não temos mais nenhuma informação.

Na Justiça, é outra batalha. Até hoje ele não foi julgado. Isso é justiça?

No Ministério Público, cada hora é um promotor que está no caso. Alguns vão para a sessão quase que só de corpo presente, nem sabem direito qual é o caso.

A situação me deixa descrente e revoltado com INSS, Secretaria da Educação, Procuradoria-Geral do Estado, Justiça. Ele confessou, mas está vivendo com a família, ganhando salário e pensão. Não ficou um dia preso. Está no caminho para conseguir aposentadoria por incapacidade na Secretaria da Educação. Ele continua agindo.

Mas vou fazer o que for necessário para que a situação mude. Para que haja justiça.

Ministro diz estar 'indignado' com pensão a professor

O ministro da Previdência, Garibaldi Filho, disse estar "indignado" com a concessão da pensão.

O benefício é pago pelo INSS, órgão subordinado ao ministério. Via Twitter, o ministro afirmou: "Fiquei indignado com o teor de notícia publicada pela **Folha** (...). Determinei à Procuradoria Jurídica do INSS que examine a revisão ou suspensão do pagamento desse benefício".

A pasta diz que não tem como saber se quem pediu a pensão é criminoso e que toma providências quando recebe denúncias.

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Juízes querem anular norma do CNJ que restringe patrocínio a eventos

DE BRASÍLIA - A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais pediu que o Supremo Tribunal Federal decida se é constitucional a norma do Conselho Nacional de Justiça que proíbe a participação de juízes em eventos de associações de classe patrocinados por empresas.

A resolução aprovada no mês passado permite que eventos de tribunais, conselhos de Justiça e escolas de magistraturas recebam patrocínio de empresas de até 30% dos custos.

A entidade alega que a votação da resolução pelo CNJ foi irregular porque não foi realizada uma audiência pública para ouvir as partes envolvidas.

PAINEL

Alvo 1 O ex-deputado Aderson Lago protocolou ontem no Senado pedido de impeachment contra Roberto Gurgel, sob acusação de crime de responsabilidade por atrasar três processos contra Roseana Sarney (PMDB-MA) que tramitam desde 2010.

Alvo 2 Segundo a denúncia, o procurador-geral da República teria contrariado a rotina administrativa do Ministério Público Federal ao evocar para si pareceres que caberiam aos seus subordinados no STJ e no TSE.

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Procurador-geral afirma que bancos atrasam investigações

Declaração ocorre um dia após presidente do STF criticar instituições financeiras

'Todo o sistema bancário precisa de ajuste', diz Gurgel ao se queixar de lentidão no fornecimento de dados

Depois das críticas do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, ontem foi a vez de o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, acusar as instituições financeiras de "atrasar" investigações do Ministério Público, dificultando o acesso a dados não só de operações suspeitas de lavagem, mas de outros casos penais.

"Sempre que precisamos das informações bancárias existe, sim, leniência das instituições financeiras no sentido de fornecer os dados. Normalmente, o atendimento é lento, precário. São necessárias três, quatro diligências complementares até que as informações cheguem como deveriam ter sido fornecidas no primeiro momento."

E afirmou: "Acho que todo o sistema bancário precisa de ajuste". Gurgel falou na saída de um seminário promovido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) sobre lavagem de dinheiro.

“ Sempre que precisamos das informações bancárias existe, sim, leniência das instituições financeiras no sentido de fornecer os dados

ROBERTO GURGEL

No mesmo evento, antontem, Barbosa, do STF, havia dito que os bancos fazem um "controle leniente" de movimentações financeiras suspeitas, dificultado o combate à lavagem de dinheiro.

A Febraban, a federação dos bancos, como havia feito em relação a Barbosa, não comentou a fala de Gurgel.

Segundo o procurador-geral, essa deficiência das instituições financeiras deve ser provocada pelo próprio sistema, mas é preciso trabalhar o aperfeiçoamento.

"Os bancos precisam aprimorar esse entendimento para que não sejam vistos eventualmente como coniventes com esse tipo de crime."

Para chegar a informações bancárias, o Ministério Público Federal requisita dados ao Banco Central, que repassa

os pedidos para as instituições. Gurgel cobrou uma atuação mais eficiente do BC para melhorar a fiscalização e as medidas de cooperação.

"É algo que depende do BC, que tem sido rigoroso e deve ser cada vez mais rigoroso ao cobrar das instituições bancárias o atendimento dessas informações porque, afinal, não estão fazendo favor, estão cumprindo a lei."

Gurgel citou o que chamou de casos preocupantes, como o do Banco Rural no mensalão. O STF concluiu no julgamento que o Rural concedeu empréstimos e permitiu que o dinheiro do esquema fosse distribuído em suas agências sem a identificação dos verdadeiros destinatários.

Para Gurgel, casos como esse reforçam a necessidade de aperfeiçoar as instituições financeiras.

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

O pacto federativo

BRASÍLIA - Hoje começam as rodadas de negociação entre governadores e Congresso Nacional sobre como aperfeiçoar o chamado pacto federativo.

Tudo se resume a dinheiro. O STF determinou que seja refeita a fórmula usada para redistribuir aos Estados parte do dinheiro coletado em impostos pela União.

Será difícil conquistar um consenso se o conceito de pacto federativo ficar só em aspectos monetários. Pior: alguns sairão perdendo bastante.

A discussão a respeito do pacto federativo sempre acabará num beco sem saída enquanto alguns aspectos da organização do Estado brasileiro não forem alterados. A começar pela representação dentro do Congresso Nacional.

Os brasileiros temos um modelo curioso de democracia. Nunca vigorou no país o sistema de "um homem, um voto". Os 48 deputados eleitos em 2010 por Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins tiveram, juntos, 1,8 milhão de vo-

tos. Já os 46 eleitos pelo Rio de Janeiro receberam 4,5 milhões de votos.

Essa desproporção se manifesta de maneira vulcânica quando o Congresso vota algo relevante como a lei sobre os royalties do petróleo, na semana passada. Alguns perdem feio. Foi o caso do Rio de Janeiro —formou-se um clima beligerante contra este Estado e alguns discursos beiravam propor algum tipo de secessão.

O pacto federativo que agora será debatido e remodelado tratará da distribuição de dinheiro dos impostos. É mínima a chance de deputados e senadores respeitarem a proporção da população de cada Estado. Por que os mais numerosos no Congresso cederão aos menores?

Seria ingenuidade supor que o Congresso Nacional, no curto prazo, possa corrigir as anomalias da democracia representativa no país. Mas esquecer esses defeitos seria também uma acomodação indesejável com o modelo injusto na escolha de deputados.

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

RUY CASTRO

Condenação à morte

RIO DE JANEIRO - Tivemos de chegar à metástase do crack para que, de repente, o Brasil acordasse para o problema da droga. Mas antes tarde etc. Por outro lado, nos jornais e on-lines, pululam amadorismos bem-intencionados. Pessoas que só sabem de droga pelos manuais, por alguma breve experiência com maconha na juventude ou por passar de carro pelas proximidades de uma cracolândia pontificam a respeito. Ao cantar de um galo à distância, julgam ouvir a palavra “higienismo” e logo se põem contra a internação involuntária.

As famílias dos dependentes sabem melhor do que falam —sua experiência de ter em casa um escravo do crack ainda não foi, nem de longe, tratada pela literatura. E por que “em casa”, perguntará você, se o dependente se muda para a cracolândia? Porque a casa é para onde ele sempre volta, para pegar ou tomar o que ainda possa ser vendido e lhe valer uma pedra —dos bens e joias da fa-

mília a lustres, móveis, esquadrias.

Tais famílias não suportam ver seu filho ou neto receber “alta” e ser devolvido às ruas pelos que o internaram apenas um mês antes —para abrir novas vagas, denunciam elas, e maquiar as estatísticas de “atendimento”. Se isso de fato estiver acontecendo, é lamentável —mas não basta para desqualificar todo o sistema de internação, que apenas começa a ser posto em prática.

Também não tem sentido o raciocínio de que, como historicamente o homem sempre se drogou, não adiantam os bilhões investidos na repressão, porque ele voltará a se drogar, não importa com o quê. Bem, o homem também sempre ficou doente. Significa que a medicina e a pesquisa científica devem fechar as portas pois, não importam os seus avanços, o homem voltará a ficar doente e morrerá?

Uma alta prematura é quase sinônimo de recaída. Mas o abandono na rua já é uma condenação à morte.

13 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Beira-Mar é julgado no Rio pela morte de dois homens em 2002

Segundo a acusação, crime foi ordenado quando ele estava preso

MARCO ANTONIO MARTINS
DO RIO

O traficante Luiz Fernando da Costa, 46, o Fernandinho Beira-Mar, começou a ser julgado ontem no Rio no processo em que é acusado de ter mandado matar dois homens enquanto estava preso em Bangu 1, presídio de segurança máxima no Rio, em 2002.

Trecho de interceptação telefônica, feita com autoriza-

ção judicial em julho daquele ano, mostra uma reunião entre o traficante, já preso, e criminosos de sua quadrilha e de um grupo rival —esses estavam na favela Beira-mar, na Baixada Fluminense.

Dois dos participantes da reunião foram mortos: Antonio Alexandre Vieira Nunes e Ednei Thomaz Santos.

Ao ser interrogado pelo juiz Murilo Kieling, Beira-Mar disse que, enquanto esteve

preso em Bangu 1, tinha a sua disposição telefones celulares, fornecidos por agentes de plantão. Ele negou ser o mandante das mortes.

Beira-Mar está preso desde abril de 2002 quando foi encontrado na Colômbia. Atualmente cumpre pena no presídio de Catanduvas (PR).

Somadas, suas condenações por tráfico, homicídios e outros crimes totalizam mais de 50 anos de prisão.

Delegado diz não ter dúvidas de que Mizael matou Mércia Nakashima

DE SÃO PAULO - O delegado Antônio Assunção de Olim, que investigou a morte de Mércia Nakashima, 28, disse ontem ao depor no julgamento de Mizael Bispo de Souza, 43, não ter dúvidas de que o policial apontado a matou.

Mizael é acusado de atirar na ex-namorada e jogá-la ainda viva numa represa de Nazaré Paulista (a 64 km de São Paulo) em 23 de maio de 2010.

Segundo ele, Mizael e Evandro Bezerra da Silva, apontado como cúmplice, combinaram a morte de Mércia por meio de

um telefone “frio” —em nome de um desconhecido.

Disse que o percurso do carro de Mizael, feito a partir das informações do GPS do carro dele, e as informações das antenas telefônicas que captaram o celular comprovam que ele não estava no Hospital Geral de Guarulhos, como afirma.

Depuseram ainda Rita Maria de Souza, amiga de Mizael, que disse que a relação entre ele e Mércia era pacífica, e Alexandre Simone Silva, que acompanhou o inquérito policial e fala-va até a conclusão desta edição.

Ministério Público vai apurar liberação de cerveja em jogos

DO RIO - O Ministério Público do Rio abriu ontem inquérito civil para apurar a venda de cerveja nos estádios em partidas do Campeonato Estadual.

Resolução da Ferj (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro) publicada na segunda-feira liberou os clubes a comercializarem a bebida em suas arenas.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, a venda de cerveja nos estádios entra em “rota de colisão” com o espírito do Estatuto do Torcedor, que visa “reduzir a violência e preservar a incolumidade física”.

METRO

Julgamento. Beira-Mar diz que tinha celular no presídio de Bangu 1

13 MAR 2013

Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, respondeu por mais de uma hora a perguntas feitas pelo juiz Murilo Kieling, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O traficante está sendo julgado por ter planejado e mandado matar dois homens.

A ordem para que Antonio Vieira Nunes e Ednei Thomas Santos fossem mortos teria sido dada de dentro do presídio de segurança máxima Bangu 1, no Rio de Janeiro. O crime aconteceu em 2002, na favela Beira-Mar, na Baixada Fluminense.

Em depoimento ontem, Beira-Mar afirmou que tinha telefones celulares à disposição enquanto esteve em Bangu 1. Segundo ele, os aparelhos eram disponibilizados de acordo com a equipe de agentes de plantão.

"Todos (os presos) podiam usar dependendo do plantão", afirmou. O traficante diz não saber como os telefones chegavam aos presos. Sobre as mortes, o réu nega ter sido o mandante. "Nunca fui santo. Já fiz algumas coisas mas não mandei matar ninguém".

"Não sei como chegavam [os celulares]. Sei que estavam lá."

FERNANDINHO BEIRA-MAR

Justiça nega anulação de processo

A juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza, da 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias (RJ), negou ontem o pedido de anulação do processo contra o empresário Thor Batista, filho do bilionário Eike Batista. Thor responde processo por ter atropelado e matado um ciclista. Ele foi indiciado homicídio culposo (sem intenção).

A defesa do empresário alega que a denúncia do MP é baseada em um laudo que foi descartado como prova pela 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio. O laudo atestava que Thor dirigia a 135km/h no momento do atropelamento. A juíza determinou que um novo laudo seja feito para apontar a velocidade do veículo. #

Justiça proíbe empresa de alugar cães de guarda

A 2ª Vara Cível de Curitiba determinou ontem a paralisação das atividades de locação de cães de guarda da empresa Protecções, que fica no bairro Água Verde, e a apreensão de todos os animais que estão sob a responsabilidade da empresa.

Isso porque há uma lei estadual em vigor que proíbe a locação de cães. O caso chegou até a Promotoria do Ministério Público por meio de uma denúncia.

A decisão deve ser cumprida em um prazo de 30 dias, após o recebimento da intimação. Caso contrário, a multa é de R\$ 50 mil.

O **Metro** entrou em contato com a empresa, mas ninguém atendeu as ligações. #

13 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Casamento comunitário sela a união de 90 casais

O momento de dizer o "sim", aquele frio na barriga, a noite esperada por muitos. E foram muitos mesmo, um total de 90 casais, protagonistas de uma celebração emocionante. Centenas de pessoas lotaram o Centro de Formação dos Profissionais de Educação - Cenforpe, para acompanhar o casamento comunitário, que encerrou o programa Justiça no Bairro e concretizou o sonho de dezenas de casais. Tapete vermelho, belas flores, discursos que falavam da mulher, da importância de os, agora, esposos, tratá-las como realmente merecem, como rainhas, como flores delicadas que precisam de amor, carinho e proteção, todos os dias. E também do respeito que deve existir entre o casal, para que juntos, possam enfrentar as dificuldades do dia-a-dia, sem esquecer-se dos bons sentimentos que precisam nortear os relacionamentos.

13 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Novos TRFs entram na pauta da Câmara

A criação dos novos TRFs, no Paraná, Minas Gerais, Bahia e Manaus está cada vez mais perto de ser concretizada. O senador Sérgio Souza (PMDB) e o deputado Amauri Teixeira (PT/BA), coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFs, anunciaram hoje que o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), levará à reunião do Colégio de Líderes, a sugestão para in-

clusão na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados a PEC que cria os quatro tribunais. A previsão é que a matéria seja colocada em pauta amanhã.

Souza entregou Nota Técnica sobre a PEC, de sua autoria, e que contou com a colaboração do juiz federal Anderson Furlan, do analista judiciário Mário Procopiuk e do advogado José Lúcio Glomb, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

TRIBUNA DO PARANÁ

Proibição

O Juízo da 2.ª Vara Cível de Curitiba determinou a paralisação das atividades de locação de cães de guarda da empresa Protecões Locação de Cães e Alarques Ltda., no Água Verde, e exige a apreensão de todos os animais sob a responsabilidade da empresa.

13 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

IZA ZILLI

RESPONSABILIDADE CIVIL

O Desembargador Munir Karam se encontra em Brasília, tendo sido convidado pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, como um dos juristas integrantes das "VI Jornadas de Direito Civil". Compõe o Des. Munir a Comissão acerca do tema importantíssimo da Responsabilidade Civil. As VI Jornadas de Direito Civil – 10 anos de vigência do Código Civil acontecem até hoje, no Auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília (DF) e objetiva delinear posições interpretativas sobre o Código Civil de 2002, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir do debate entre especialistas e professores convidados, e produzir novos enunciados, que servirão, sem dúvidas, a orientar a jurisprudência. Realizadas pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) contam com grandes nomes do Direito Civil que promovem uma reflexão aprofundada sobre os temas postos em discussão, resultando na aprovação de enunciados que sintetizam a interpretação consensual de dispositivos do Código Civil. Por sua importância, os enunciados costumam ser fonte de referência dos principais repositórios de jurisprudência e doutrina do País em matéria civil. As jornadas são coordenadas pelo Ministro Ruy Rosado de Aguiar Jr.



Royalties

O deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) voltou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, contestando a legalidade da sessão do Congresso Nacional que derrubou os vetos da presidente Dilma Rousseff à nova lei dos royalties do petróleo. A petição faz parte do mandado de segurança que tramita no Supremo desde o ano passado. Foi neste processo que o ministro Luiz Fux deu a liminar que obrigou o Congresso a analisar três mil vetos em ordem cronológica. A decisão provisória foi derrubada no final de fevereiro no plenário do STF, mas os ministros não discutiram o mérito do pedido. Além de pedir agilidade no julgamento do mérito, Molon pede a Fux que dê nova decisão provisória anulando o que foi decidido pelo Congresso na sessão da última quarta-feira.

13 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

ANDRÉ MARQUES

Controvérsias acerca da internação compulsória

A Operação Centro Legal, estabelecida na cidade de São Paulo, para desmanchar a “cra-colândia”, desencadeou novo debate sobre a questão da internação compulsória de adultos, crianças e adolescentes em razão da dependência química em todo país. Assinalar o desprezo histórico do Estado para com os dependentes químicos, diante de um problema grave de ordem de saúde pública, pode parecer, num primeiro momento, repetitivo.

Sabemos que não existem soluções mágicas para sanar os problemas de saúde pública enfrentado pela sociedade, especialmente, quando se pretende impor tolerância zero e total abstinência para tratamento de dependentes químicos em situação de drogadição. Entretanto, existem possibilidades da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente para os menores de idade, e em geral as normas de funcionamento do (SUS) Sistema Único de Saúde e (SUAS) Sistema Único de Assistência Social primordialmente na elaboração de programas de proteção integral no intuito de priorizar a prevenção frente à repressão.

Importante não perdermos de vistas, que se mantidas falhas as políticas sociais básicas destinadas à questão em tela, como educação, saúde, esporte, lazer, dificilmente alcançaremos a prevenção do tráfico e uso de entorpecentes. A recuperação toda política de combate as drogas neste cenário é uma medida que deve ser colocada em prática urgentemente.

Diante disso, as questões acerca da legalidade da internação compulsória regulamentada pela Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, que pontua sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, estabelecendo que a internação psiquiátrica poderá ser: voluntária, quando receber a anuência do usuário; involuntária, quando se dá sem o consentimento do usuário e sim a pedido de terceiro; compulsória, quando ocorrer determinação judicial - artigo 6º e somente será determinada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos - art. 5º. Assim, surgem indagações de que o Estado pode largar os viciados em más condições de atendimento, não promovendo a recuperação do dependente químico, criando com as estruturas, depósitos de dependentes, da mesma forma que ocorreu com os manicômios em momento pretérito próximo.

Indiscutivelmente, a sociedade enfrenta um grave problema de saúde pública nesta matéria, bastando abrirmos os olhos e visualizar na mídia, impondo ainda, sofrimento social do cidadão, aos dependentes e suas famílias. Nas grandes metrópoles temos maior número de dependentes químicos praticando crimes, desamparados pelas famílias e necessitando de internação compulsória, não ocorrendo de forma satisfatória em decorrência da harmonia dos poderes constituídos, que são avessos as necessidades destes.

Os deveres constitucionais são pontuados em nossa Carta Cidadã nos artigos 6º e 196 que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” e “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

CONTINUA

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

13 MAR 2013

Assim, a saúde é um elemento para o desenvolvimento da dignidade humana. Quando falamos em criança e adolescente, a Constituição em seu artigo 227 pontua que é dever da família, da sociedade e do Estado, promover meios e oportunidades à vida e à saúde da criança e do adolescente.

A matéria de internação compulsória não é pacífica, tendo em vista que alguns defendem à execução do programa com intensas críticas, devendo ser realizada a

internação somente com a concordância do dependente, de seus representantes e não como medida coativa judicial. Inquestionável o direito do cidadão se manifestar a respeito de determinada decisão que lhe aprouver, desde que seja capaz, com plenas condições de entendimento. Não preenchidas as condições para autogovernar e autodeterminar - como é o caso dos dependentes químicos, a representação passa para os familiares e, na ausência, para terceiros juridicamente legitimados.

Decorrente da legalidade, o Estado pode intervir e determinar medidas coativas visando à preservação da vida conforme pontuado na Carta Maior, tendo em vista que o dependente químico não estaria apto mentalmente para o exercício de seus direitos, necessitando, portanto, da aplicação de medidas protetivas.

Aplicação da intervenção compulsória é prevenção de um mal maior tanto ao dependente químico como das pessoas que com ele convivem. Assim, a decretação da internação obrigatória, é sem dúvida um mecanismo capaz de responder as necessidades sociais e à própria proteção dos dependentes químicos, para que tenham, pelo menos, a oportunidade da essencial tentativa de recuperação.

André Marques é advogado, consultor, escritor e Doutorando em Direito.
andremarquesadv@hotmail.com /
@andremarquesadv

Indiscutivelmente, a sociedade enfrenta um grave problema de saúde pública nesta matéria, bastando abrimos os olhos e visualizar na mídia, impondo ainda, sofrimento social do cidadão, aos dependentes e suas famílias. Nas grandes metrópoles temos maior número de dependentes químicos praticando crimes, desamparados pelas famílias e necessitando de internação compulsória, não ocorrendo de forma satisfatória em decorrência da harmonia dos poderes constituídos, que são avessos as necessidades destes.